

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RODRIGO RANGEL DA SILVA

**O MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI – UMA
ABORDAGEM SOBRE A EFETIVIDADE DAS VANTAGENS,
BENEFÍCIOS E DESAFIOS GERADOS AO NOVO EMPREENDEDOR.**

Trabalho de Conclusão de Curso

Artigo

Cacoal - RO

2014

**O MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI – UMA
ABORDAGEM SOBRE A EFETIVIDADE DAS VANTAGENS,
BENEFÍCIOS E DESAFIOS GERADOS AO NOVO EMPREENDEDOR.**

RODRIGO RANGEL DA SILVA

Artigo apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus de Cacoal*, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Dr.^a Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

Cacoal - RO

2014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “O Microempreendedor Individual MEI, uma abordagem sobre a efetividade das vantagens, benefícios e desafios gerados ao novo empreendedor.”, elaborado pelo acadêmico Rodrigo Rangel da Silva, foi avaliado, julgado e aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof. Dr.^a Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Presidente

Prof. Dr.^a Eleonice Dalmagro
Membro

Prof. Ms. Charles Carminati de Lima
Membro

Média

Cacoal - RO
2014

À Deus, que me concedeu vida e a oportunidade de realizar este sonho. À família, pela compreensão, incentivo e afeto. À minha orientadora, sempre paciente e atenciosa, que com muita propriedade, norteou-me. Assim como todos os professores, sábios mestres, que colaboraram com o meu sucesso hoje.

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI, UMA ABORDAGEM SOBRE AS VANTAGENS, BENEFÍCIOS E DESAFIOS GERADOS AO NOVO EMPREENDEDOR.

Rodrigo Rangel da Silva ¹

RESUMO: O Microempreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, passando a obter o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o qual possibilita emissão de nota fiscal, abertura de conta bancária e acesso a crédito, além de benefícios previdenciários como auxílio doença e aposentadoria. O presente trabalho teve como objetivo evidenciar a efetividade das vantagens e benefícios, bem como os desafios gerados ao novo empreendedor. Trata-se de um estudo de campo, classificado como exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas e com visitas *in loco* nos empreendimentos. A pesquisa foi realizada no município de Cacoal/RO, iniciando-se com o levantamento de dados junto ao SEBRAE no dia 01/10/2013. O universo da pesquisa foi composto por 46 (quarenta e seis) microempreendedores individuais distribuídos entre os bairros Centro e Jardim Clodoaldo. Foram entrevistados 18 (dezoito) empreendedores de diversos segmentos tais como: cabeleireiros, mecânicos, metalúrgicos, eletricitas e comerciantes. Como principais resultados destaca-se a adesão dos microempreendedores à lei complementar 128, o perfil desse empreendedor, os desafios, vantagens e benefícios proporcionados ao mesmo, e a análise das mudanças oportunizadas ao empreendedor. Conclui-se que, a lei complementar cumpre seu objetivo inicial que é facilitar a formalização do trabalhador desburocratizando o processo, mas o acesso as vantagens e benefícios ainda é burocrático. A formalização é motivada, principalmente, pelos benefícios proporcionados a empresa. Acredita-se que um dos principais desafios a serem superados é a falta de capital para fomentar o empreendimento. Os resultados apontaram que, de forma geral, os trabalhadores que estavam informais e que aderiram ao programa do MEI, estão satisfeitos com os benefícios obtidos.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Microempreendedor Individual. Lei Complementar 128 de 2008.

1. INTRODUÇÃO

O trabalhador informal sempre foi tema de debates no cenário social, pois tem forte presença no mercado de trabalho, no entanto, necessita de atenção no que se refere às políticas públicas para melhoria das condições socioeconômicas.

A informalidade pode estar relacionada a diversos fatores como a falta de recursos do empreendedor, extrema burocratização tanto para a abertura quanto para o encerramento de empresas e as altas taxas tributárias existentes no país. Com isso, a permanência na informalidade acaba sendo inevitável e traz desvantagens ao trabalhador que por sua vez, não conta com benefícios do governo como cobertura previdenciária, licença maternidade, aposentadoria e auxílio doença, além de encontrar dificuldade de acesso a empréstimos ou financiamentos para seu negócio. O governo por sua vez deixa de arrecadar e assim recursos são drenados para outras áreas.

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Dr.^a Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

Preocupado com a condição social do trabalhador, o Governo Federal instituiu a Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro 2008, que em seu texto legal oferece condições para que o Microempreendedor possa se tornar um trabalhador legalizado, desburocratizando todo o processo de formalização, reduzindo de forma significativa a carga tributária, com seguridade social, acesso facilitado aos serviços bancários. O Portal do Empreendedor (2014) destaca as vantagens proporcionadas a uma empresa que possui registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) como emissão de nota fiscal e participação em licitações, com isso há maior possibilidade de crescimento como empreendedor.

Com base no exposto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: a Lei Complementar nº 128/2008, oferece efetivamente ao microempreendedor individual (MEI), as vantagens e benefícios a qual se propõe?

Assim, a partir da problemática apresentada, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as vantagens, benefícios e desafios proporcionados ao microempreendedor individual MEI, após adesão à Lei complementar 128/2008.

A pesquisa quando direcionada para esse setor pode contribuir no sentido de se obter maior conhecimento sobre a temática que ainda é pouco explorada e de grande importância para o contexto social, podendo contribuir para a socialização da informação e servir de base para outros estudos.

A escolha do tema do micro empreendedor individual (MEI) se deu pela relevância do assunto abordado de tratar-se de tema pouco explorado e relevante para o contexto social, justifica-se também pela falta de conhecimento dessa nova temática de tributação o que impede, muitas vezes, sua adesão.

A pesquisa justifica-se devido ser um assunto de grande importância para o contexto social brasileiro, por ser um assunto pouco explorado, além de relevante aos novos empresários que agora estão formalizados, e que podem trabalhar com segurança.

Para realização desse trabalho foi utilizado estudo exploratório e descritivo, com pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas e com visitas *in loco* nos empreendimentos. Foram entrevistados 18 (dezoito) empreendedores de diversos segmentos tais como: cabeleireiros, mecânicos, metalúrgicos, eletricitas e comerciantes.

Além desta introdução, o presente estudo está estruturado da seguinte forma: Fundamentação Teórica composta pelos temas: Empreendedorismo, A importância do Empreendedorismo para a inclusão produtiva e o Microempreendedor Individual. Metodologia; Análise e Discussão dos Resultados; Considerações Finais e Referências.

2. REVISÃO DE LEITURA

2.1 EMPREENDEDORISMO

A primeira menção do termo empreendedorismo de acordo com Dornelas (2001) se deve a Marco Polo (mercador e viajante italiano da idade média, conhecido por viajar pela Ásia desbravando terras longínquas), o qual tentou estabelecer uma rota comercial para o Extremo Oriente, assinando um contrato com um homem que possuía dinheiro (capitalista), para assim comprar e vender mercadorias. Na idade média o termo empreendedor era relacionado a pessoas que gerenciavam grandes projetos, utilizando recursos disponíveis que em geral proviam de outros. Hisrich, Peters e Shepherd (2009) salienta que nesta mesma época desenvolveu-se a ligação do risco ao empreendedorismo, em geral o empreendedor era a pessoa que firmava um acordo contratual com o governo para desempenhar um serviço ou fornecer produtos estipulados.

Já em meados do século XVIII, conforme Dornelas (2001) e Hisrich, Peters e Shepherd (2009), o termo empreendedorismo alcançou novas definições. O empreendedor foi diferenciado do fornecedor de capital (o atual investidor de risco). Uma das causas para tal diferenciação foi a industrialização. Por meio de pesquisas feitas por Thomas Edison (inventor e empresário americano que desenvolveu muitos dispositivos importantes e de grande interesse industrial, como, por exemplo, a lâmpada incandescente) as quais somente se realizaram graças captação de recursos de investidores, se fez necessário à distinção entre o termo empreendedor (o que assume o risco) e o capitalista (o que fornece o capital).

A partir dos séculos XIV e XV, conforme Hisrich, Peters e Shepherd (2009), o empreendedor passa a ser visto como pessoa que assume riscos, com perfil visionário, otimista, líder e planejador. Mas ainda não existia a distinção entre empreendedores e gerentes.

A definição do empreendedorismo pode partir de diversas áreas. Hisrich, Peters e Shepherd (2009), apresentam as percepções de alguns segmentos. Para um economista um empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos para tornar seu valor maior do que antes; também é aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem. Para um psicólogo geralmente essa pessoa é movido por certas forças como a necessidade de conseguir algo, de experimentar, realização pessoal ou escapar da autoridade de outros. Para homens de negócio o empreendedor é interpretado como uma ameaça, um concorrente agressivo.

Schumpeter (1982) define o empreendedor como aquele que destrói a ordem econômica existente pela produção de novos produtos e serviços, pela criação de novas forças de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

Dornelas (2001) define o empreendedor como um ser capaz de detectar uma oportunidade e criar um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

A definição de empreendedorismo dada por Souza e Guimarães (2005) diz ser o estudo da criação e da administração de negócios novos, pequenos e familiares, e das características e problemas especiais dos empreendedores.

Hisrich, Peters e Shepherd (2009) define empreendedorismo como o processo de criar algo novo, dedicando o tempo e o esforço que forem necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal.

O mesmo autor acredita que a de inovação e a novidade são uma parte integrante do empreendedorismo. De fato, a inovação, a criação de algo novo, é uma das mais difíceis tarefas para o empreendedor. Não só exige a capacidade de criar, como também a capacidade de entender todas as áreas em funcionamento no ambiente.

Conforme Hisrich, Peters e Shepherd (2009) para grande parte das definições de empreendedorismo, existem três fatores que resumem o comportamento empreendedor que são: tomar iniciativa, organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos a fim de transformar recursos e situações para proveito prático e aceitar o risco ou o fracasso.

O sucesso de um empreendimento para Lago *et al.* (2008) deve estar apoiado no comportamento e motivação do empreendedor aliado à visão estratégica, porém, tomar uma decisão pode afetar o futuro da empresa, principalmente no que se refere à uma decisão de alto risco.

O movimento do empreendedorismo no Brasil segundo Dornelas (2001) começou a tomar forma na década de 1990, quando foram instituídas entidades como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira de Exportação de Software (SOFTEX), onde o ambiente, tanto econômico quanto político não eram propícios, e o empreendedor não encontrava apoio para essa nova jornada.

O SEBRAE é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empreendedor no Brasil, o qual tem por objetivo dar suporte para o início do novo empreendimento. Mas Dornelas (2001) relata que a história do empreendedorismo no Brasil pode estar mais próxima da SOFTEX. A entidade foi criada com o intuito levar empresas de *software* do país ao mercado externo, e com seus programas desenvolvidos espalhados pelo território nacional, junto a

incubadoras e universidades, o tema Empreendedorismo começou a despertar na sociedade brasileira.

O ano de 1996 corresponde a um marco na área o empreendedorismo no Brasil. O programa SOFTEX implanta dois projetos: o Genesis, na área de incubação universitária, e o *Softstart* na área do ensino do empreendedorismo. Esses dois programas causaram um grande impacto tanto no contexto social quando na difusão do empreendedorismo como tema de pesquisas e ensino universitário (CHAGAS 2000).

Filion (2000) argumenta sobre o ensino do empreendedorismo, pois, acredita que é possível realizar programas e cursos adaptados a esse campo de estudo ascendente, este estudo pode levar o aluno a definir e estruturar contextos e compreender várias etapas de sua evolução.

Para Hisrich, Peters e Shepherd (2009) “O empreendedorismo é um campo de estudo fascinante. Segundo pesquisas, os indivíduos que estudam o empreendedorismo têm de 3 a 4 vezes mais chances de iniciar seu próprio negócio e ganharão de 20 a 30% mais do que os estudantes de outras áreas”.

Segundo dados da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) (2006), o Governo brasileiro começou a trabalhar em programas para atendimentos a empreendimentos de pequeno porte a partir de 1999, podendo citar como exemplo o programa Brasil Empreendedor (1999), com a finalidade de coordenar ações e programas tanto de agentes públicos e privados. Além deste, instituições como o SEBRAE trazem programas específicos para o atendimento ao novo público empreendedor.

Silveira (2013) relata sobre o empreendedorismo, o qual esta cada vez mais em evidência nos artigos, revista, internet, livros e aparenta ser um termo “novo” para os profissionais.

Um fator não menos importante relacionado ao empreendedorismo, é o acesso dessas novas empresas a internet. Segundo relatório da GEM (2006), a existência da internet como provedora de informação facilita a importação de ideias para o empreendedorismo no país por meio de cópia ou aprimoramento dessas ideias.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA.

Ao observar a difusão do empreendedorismo no Brasil, Dornelas (2001) explica que com as tentativas de estabilização da economia e a globalização, muitas grandes empresas brasileiras tiveram de procurar alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos

para manter-se no mercado, gerando como uma de suas consequências imediatas o aumento do índice de desemprego, principalmente nas grandes cidades. Sem alternativas, os ex-funcionários dessas empresas começaram a criar novos negócios, com pouco capital, às vezes até mesmo sem experiência no ramo.

Para Hisrich, Peters e Shepherd (2009), o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico não está relacionado somente ao aumento de produção e de renda *per capita*; envolve iniciar e realizar mudanças na estrutura do negócio e da sociedade.

A criação de novos empreendimentos é apontada como uma das causas da prosperidade de muitas nações. Com a criação de novos empreendimentos observam-se vários aspectos que o segue como: inovação, oportunidades, empregos e riquezas. Por esse motivo, Lago *et al* (2008) acredita que o melhor recurso de que se dispõe, para solucionar os graves problemas socioeconômicos, é a liberação da criatividade dos empreendedores, através da livre iniciativa para produzir bens e serviços.

Lago *et al* (2008) contribuem com essa ideia ao mencionarem que “os novos empreendedores trazem, com a criação de novos negócios, inovação, oportunidades, empregos e riquezas, tornando a existência de indivíduos dispostos aos riscos de empreender um dos pilares do desenvolvimento econômico e social”.

Para Vale, Wilkinson e Amancio (2008), o empreendedor é o agente que possui as ferramentas para a mudança, com capacidade de explorar novas oportunidades, pela combinação de distintos recursos ou diferentes combinações de um mesmo recurso.

Os economistas, conforme Chagas (2000), estão percebendo que o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento econômico do local onde está inserido, pois ele levam em conta os sistemas e valores da sociedade onde se integra.

Para enfrentar os rigores do mercado atual, Sachs (2004) argumenta que o empreendedor não tem outra solução a não ser mergulhar na informalidade. A maioria dos pequenos trabalhadores é obrigada buscar a competitividade por meio diversos como: baixos salários, ausência de proteção social, longas jornadas de trabalho, sonegação de impostos, más condições de trabalho insalubres.

Segundo Lago *et al* (2008), o sucesso na criação de um negócio próprio depende basicamente do desenvolvimento, pelo empreendedor, de três etapas: identificar a oportunidade de negócio e coletar informações sobre ele; desenvolver o conceito do negócio; e implementar o empreendimento. Em resumo, para ser um empreendedor não basta identificar oportunidades de negócios, é preciso realizá-las.

Segundo o GEM (2006) é impossível abrir formalmente um negócio no Brasil em uma semana – na verdade, esse processo pode levar meses. Como resultado, muitas pessoas hesitam em criar empreendimentos, não apenas em função dos entraves à abertura, mas também das grandes dificuldades burocráticas no fechamento.

Ribeiro (2000) aponta alguns fatores principais que tem causado o crescimento da economia informal no Brasil, como a crescimento da carga tributária, redução forçada do tempo de trabalho, desemprego, aposentadoria precoce, inflação, dentre outros.

O relatório da GEM (2006) também reforça a ideia de que o crescimento da informalidade no país está relacionado à excessiva burocracia para abrir, manter em funcionamento e fechar negócios no país, a elevada carga tributária e a insuficiência de recursos financeiros para fomentar atividades empreendedoras, principalmente as mais inovadoras.

Sachs (2004) relata que, com a presença da informalidade, o Estado deixa de arrecadar, com isso, a luta contra vários problemas sociais drena recursos que devem ser desviados de investimentos direcionados à inclusão social pelo trabalho decente.

Pode-se observar, conforme Ribeiro (2000), que o aumento da economia informal pode levar a redução na receita tributária, como consequência, uma menor qualidade de bens e serviços públicos.

Ribeiro (2000) comenta que se por um lado a informalidade oferece fortes incentivos para atrair os trabalhadores do setor formal, por outro lado, estima-se que grande parte da renda adquirida na economia informal é imediatamente gasta na economia oficial, resultando num efeito positivo sobre esta.

Sachs (2004) ainda observa que a saída da informalidade requer um conjunto de políticas públicas complementares inspiradas pelo princípio de tratamento desigual dos desiguais, no caso, ações afirmativas em favor dos empreendedores mais fracos, para que possam, com o tempo, enfrentar o mercado em condições de competitividade genuína e de produtividade suficiente para proporcionar postos de trabalho decente.

Com a ideia de novas políticas sobre o assunto, Sachs (2004) relata sobre a necessidade da desburocratização do processo de criação de novos empreendimentos um regime fiscal com tributação mais baixa, ou seja, um “*Simples*” mais simples.

Ao analisar o fato de que a informalidade abrange uma parcela significativa dos pequenos empreendedores, o governo brasileiro elabora a Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008, que tem o intuito de trazer para a formalidade, os empreendedores informais.

2.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Com o objetivo de regulamentar os trabalhadores que atuam na informalidade, a Lei Complementar nº. 123/2006 idealizou o Simples Nacional, que teve como objetivo unificar a arrecadação dos tributos de âmbito federal, estadual e municipal para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Porém, com a complexidade da lei muitos trabalhadores ainda se mantiveram na informalidade, não atingindo a expectativa de formalizações que a Lei almejava inicialmente.

A partir desta criou-se a Lei Complementar nº 128/2008, a qual introduziu a figura do MEI no cenário brasileiro, com o objetivo de formalizar os trabalhadores que se encontram na informalidade. Além de ser tratada como uma forma de combater a informalidade a lei pode influenciar o empreendedorismo no país.

O Microempreendedor Individual (MEI) segundo o Portal do Empreendedor (2013) é uma pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para que se enquadre nesse regime o trabalhador poderá ter um faturamento máximo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano e não ter nenhuma participação em outra empresa como sócio ou titular.

O Art. 4º da LC 128/08 trata da legalização dessa figura jurídica, formalizando a pequena atividade informal, visando trabalhadores que até então estavam na informalidade.

O Portal do Empreendedor (2013) trata dessa formalização e faz menção ao público alvo dessa lei: os ambulantes, marceneiros, eletricitas, cabeleireiras, feirantes, encanadores, pedreiros, mecânicos, pintores, sapateiros, pipoqueiros, entre outros.

A legalização pode ser realizada através dos escritórios de contabilidade optantes pelo Simples Nacional, por entidades como SEBRAE ou até mesmo pelo próprio Microempreendedor. O registro do MEI poderá ser realizado através do portal do empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), na internet.

Segundo o Portal do Empreendedor (2013), o novo empreendedor ao se enquadrar nesse novo sistema MEI, passará a cumprir uma série de obrigações e responsabilidades correspondentes ao novo regime. A partir de sua inscrição, a qual pode ser feita em qualquer escritório de contabilidade optante pelo Simples Nacional, obterá o alvará de funcionamento, o qual é válido por um período de 180 dias, sendo todo esse processo totalmente gratuito. O empreendedor deve realizar uma consulta junto à Prefeitura Municipal para verificar a viabilidade do local escolhido para exercer a atividade.

Sobre a tributação, o custo correspondente ao empreendedor é o pagamento mensal de R\$ 33,90 à título de contribuição para a Seguridade Social relativa a pessoa do empresário (5% do salário mínimo), este valor ainda pode ser acrescido de R\$ 5,00 (Imposto sobre Serviços - ISS) caso seja contribuinte desse imposto, e R\$ 1,00 (Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS). O Art. 2º da L.C 128/08 isenta o empreendedor dos impostos federais como Imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição de Financiamento para Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O Empreendedor Individual poderá emitir o Documento de Arrecadação do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (DAS-MEI) através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS), no módulo do Programa Gerador do Microempreendedor Individual (PGMEI), seu acesso livre sem a necessidade de utilizar um código de acesso ou senha. Com o número do CNPJ o Empreendedor Individual consegue acessar a página do PGDAS e emitir as guias a qualquer momento. O pagamento do DAS-MEI deverá ser feito até o dia 20 (vinte) de cada mês.

O próprio Portal do Empreendedor (2013) observa algumas obrigações pertinentes ao Microempreendedor Individual: mensalmente o empreendedor apresentará um relatório referente às receitas brutas, anexando as notas fiscais de compra de produtos e serviços, bem como as notas fiscais que emitir, também deverá emitir uma declaração anual simplificada referente ao faturamento do ano anterior. O Art. 18-C, da Lei Complementar diz que, o microempreendedor individual pode contratar até um empregado com remuneração salarial mínima ou o piso salarial da profissão. É necessário a retenção de 8% (oito por cento) de contribuição previdenciária, descontadas do salário do empregado. Além disso, deve ser recolhida a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de 3% (três por cento) sobre o salário do empregado e Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) de 8% (oito por cento) incidente também sobre o salário do empregado. O empregado terá direito as férias e ao 13º salário garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, o MEI terá um custo de 11% (onze por cento) a título de encargos trabalhistas (INSS e FGTS) sobre a remuneração, férias e 13º salário, devidos ao empregado.⁵⁴²⁴

Portanto, se o empregado receber R\$678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) o empregador recolherá R\$ 74,58 (setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). O cálculo é sempre feito pelo valor do salário multiplicado por 3% (parte do empregador) e por 8% (parte do empregado).

Sobre o encargo referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o mesmo deverá ser recolhido por meio de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informação à Previdência Social – GFIP, até o dia 7 de cada mês, utilizando-se de um sistema chamado Conectividade Social da Caixa Econômica Federal.

O Portal do Empreendedor (2013) orienta que ao preencher e entregar a GFIP, o Microempreendedor Individual deve depositar o FGTS, calculado à base de 8% sobre o salário do empregado. Além disso, deverá recolher 3% desse salário para a Previdência Social. Com esses procedimentos, o microempreendedor individual protege-se contra reclamações trabalhistas e o seu empregado tem direito a todos os benefícios previdenciários como, por exemplo, aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio por acidente de trabalho, doença ou licença maternidade.

A partir da adesão ao MEI, conforme o Portal do Empreendedor (2013), pode-se observar uma das vantagens oferecidas ao empreendedor, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o qual lhe permite a emissão de notas fiscais, maior facilidade em abertura de contas bancárias e obtenção de crédito, principalmente Bancos Públicos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e a comprovação de renda.

Em resumo, a L.C 128/08 traz uma série de benefícios como: cobertura previdenciária, contratação de um funcionário com menor custo, isenção de taxas para o registro da empresa, ausência de burocracia, acesso a serviços bancários inclusive crédito, redução da carga tributária, controles muito mais simplificados, possibilidade de compras em conjunto, além do fato de possibilitar o crescimento da empresa.

Na formalização e durante o primeiro ano como Empreendedor Individual, haverá uma rede de empresas contábeis que irão prestar assessoria a custo zero, como forma de incentivar e melhorar as condições de negócio do País.

3. METODOLOGIA

Descreve-se nesta sessão os procedimentos metodológicos para a consecução da pesquisa, objetivos propostos e questão de pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. Segundo Pronadov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que será estudado, possibilitando sua definição. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008) tem como objetivo principal descrever as características de uma determinada população, com o intuito de estudar as características de um grupo. A pesquisa se enquadra como qualitativa, pois seu objetivo geral foi de analisar as vantagens,

benefícios e desafios proporcionados ao microempreendedor individual MEI, após adesão à Lei complementar 128/2008

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se configura como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos. Como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas tais como: a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto e o grau de precisão que se pretende conferir. A pesquisa de campo, conforme Prodanov e Freitas (2013) é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta. Gil (2002), completa dizendo que a pesquisa de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população.

A abordagem qualitativa conforme Prodanov e Freitas (2013) tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e objeto de estudo, procurando executar um trabalho com mais intensidade no campo. Gil (2002) salienta que a abordagem qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação.

A técnica de pesquisa utilizada no levantamento de dados foi à entrevista com visitas *in loco* nos empreendimentos pesquisados. A técnica de entrevista é definida por Gil (2008) como sendo a que o investigador se apresenta ao investigado formulando-lhe perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam ao estudo. Prodanov e Freitas (2013) completam que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais, em geral feita face a face com o entrevistado.

Para a identificação do universo da pesquisa, utilizou-se o tipo de amostra por conglomerado. Segundo Gil (2001) conglomerados típicos são bairros, famílias, organizações, edifícios, fazendas etc. Dentre os conglomerados que representam a população-alvo, é feita a seleção de seus membros, formando os grupos necessários. Assim, os elementos de pesquisa são selecionados aleatoriamente para a composição da amostra (PRONADOV E FREITAS, 2013).

A pesquisa foi realizada no município de Cacoal/RO, iniciando-se com o levantamento de dados junto ao SEBRAE no dia 01/10/2013, juntamente com o consultor

empresarial da instituição, o qual forneceu uma lista com o nome dos Microempreendedores Individuais formalizados no município.

No entanto, o universo da pesquisa foi composto por 46 (quarenta e seis) microempreendedores individuais distribuídos entre os bairros Centro e Jardim Clodoaldo, cadastrados entre os anos de 2010 à 2013. A mesma ocorreu entre os dias 12/12/2013 e 18/12/2013, sendo que todos os questionários foram aplicados pelo pesquisador. Foram entrevistados 18 (dezoito) empreendedores de diversos segmentos tais como: cabeleireiros, mecânicos, metalúrgicos, eletricitas e comerciantes. Os demais não foram entrevistados por razões como: não exercer mais a profissão, não residem mais no endereço fornecido e até mesmo por migrar de categoria empresarial.

Para coleta de dados utilizou-se de um roteiro semiestruturado composto por 31 perguntas objetivas (Apêndice A). Conforme Manzini (2004), o roteiro semiestruturado é previamente elaborado a partir de teorias e hipóteses as quais se relacionam com o tema da pesquisa. Tem por função auxiliar o pesquisador a conduzir a entrevista para o objetivo desejado. Para tanto, um roteiro semiestruturado deve conter questões que atinjam os objetivos pretendidos, adequadas e em sequência de forma clara e objetiva.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os dados levantados pela pesquisa permitiram avaliar a situação dos microempreendedores individuais formalizados no município de Cacoal/RO, no período que corresponde do ano 2010 a 2013, analisando o impacto das vantagens, benefícios, bem como os desafios enfrentados pelos microempreendedores formalizados pelo sistema MEI.

Para melhor compreensão, a análise dos dados foi estruturada em dois blocos. O Bloco I aborda a identificação e o perfil socioeconômico dos microempreendedores individuais entrevistados e o Bloco II aborda um retrato direto sobre o que tem sido o sistema MEI para os microempreendedores individuais após a sua adesão.

4.1 BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SÓCIO ECONÔMICO

Verificou-se que a maior parte dos trabalhadores que se formalizaram como microempreendedores individuais encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos correspondendo a 50% dos entrevistados. Apresentando também um equilíbrio entre o gênero masculino e o feminino com 50% cada. Quanto ao estado civil dos microempreendedores 72,22% são casados. Em relação à escolaridade dos microempreendedores individuais, pode-se notar que 89% não se especializaram em qualquer profissão do ensino superior ou técnico.

Observou-se que 55,6% dos entrevistados possuem o ensino médio completo, sendo este nível de escolaridade predominante entre a maior parte dos microempreendedores individuais, conforme tabela 1.

Tabela 1: Perfil Socioeconômico

	Idade		Escolaridade		Sexo		Estado Civil	
MEI	De 31 a 40 anos	50%	Ens. Fundamental	27,77 %	Masc.	50%	Solteiro(a)	22,22%
	De 41 a 50 anos	27,78 %	Ens. Médio (cursando)	5,56%			Casado(a)	72,22%
	De 21 a 30 anos	16,66 %	Ens. Médio (completo)	55,67 %	Fem.	50 %	Divorciado(a)	5,56%
	Acima de 51 anos	5,56%	Ens. Superior	11%				

Fonte: Dados da pesquisa.

Com isso, percebeu-se que o comércio informal é ocupado principalmente pelos trabalhadores de maior idade, no qual, com o programa do MEI, estão conseguindo sair da informalidade e trabalhar em seu negócio próprio e de forma legalizada.

Ao analisar os dados da pesquisa, observou-se que a maior parte dos trabalhadores formalizados pelo MEI detém um nível de renda entre 2 a 3 salários mínimos correspondendo a 50% dos entrevistados. Em relação ao meio de transporte usado 44,45% possui carro próprio. Quanto ao tipo de imóvel em que residem, constatou-se que 88,89% têm residência própria.

Tabela 2: Renda, imóvel e meio de transporte dos Empreendedores Individuais Formalizados.

	Renda		Imóvel		Transporte	
MEI	De 2 a 3 Sal. Min.	50%	Próprio	88,89%	Carro próprio	44,45%
	De 3 a 5 Sal. Min.	22,22%	Alugado	55,56%	Carro da Família	44,45%
	De 1 a 2 Sal. Min	16,67%	Em aquisição	5,55%	Moto	11,10%
	Acima de 5 Sal. Min.	11,11%				

Fonte: Dados da pesquisa.

A complementação da renda familiar, em muitos casos, deve-se aos empreendimentos informais, com a instituição da figura MEI o microempreendedor adquire

identidade empresarial, dando-lhe segurança ao empreender e, proporcionando maiores possibilidades de conquista.

4.2 BLOCO II – O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

A segunda etapa da pesquisa refere-se aos fatores que levaram os trabalhadores informais do município de Cacoal/RO, a enquadrar-se como MEI, além de evidenciar a relevância das vantagens e benefícios oferecidos ao microempreendedores através da nova lei, bem como as mudanças e desafios que o programa tem proporcionado ao novo empreendedor.

Com relação à oportunidade de abrir um negócio, 66,67% dos entrevistados acreditam que a experiência na área de atuação é o fator de maior relevância para iniciar um empreendimento, pois os empreendedores, mesmo sem uma visão real de mercado, acreditam que a experiência adquirida em anos de trabalho seja o melhor ingrediente para o sucesso, conforme figura 1. Chiavenato (2007) ressalta que são inúmeras as razões que levam muitas pessoas a constituir o seu próprio negócio e assumir todos os riscos que possam surgir.

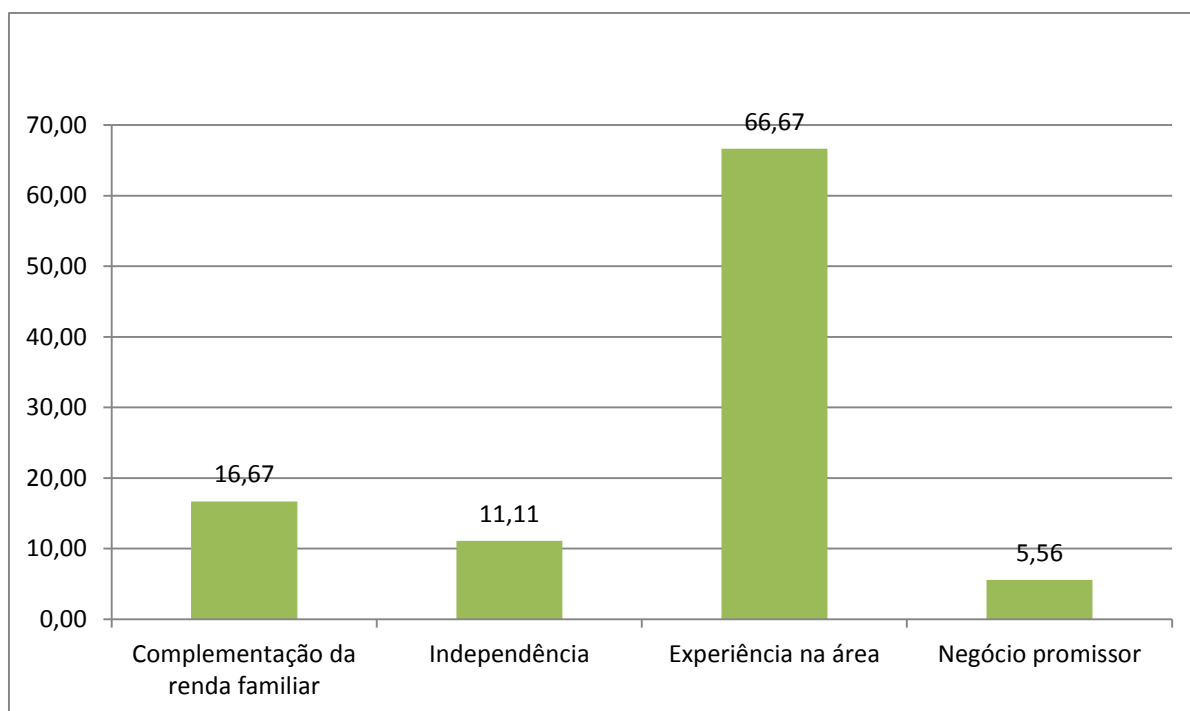


Figura 1: Oportunidade de abrir o negócio.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao tempo de exercício da atividade na informalidade, 22,22% dos empreendedores exerceram suas atividades de maneira informal por mais de 8 anos. O baixo faturamento e as altas cargas tributárias das categorias empresariais obrigaram o empreendedor a permanecer informal, como evidencia a figura 2. Antes de optarem pelo

sistema MEI 50% dos empreendedores entrevistados já exerciam sua profissão como autônomos, porém, a nova lei proporcionou uma maneira de exercer sua atividade com menor custo e garantindo outros benefícios não proporcionados aos profissionais autônomos.

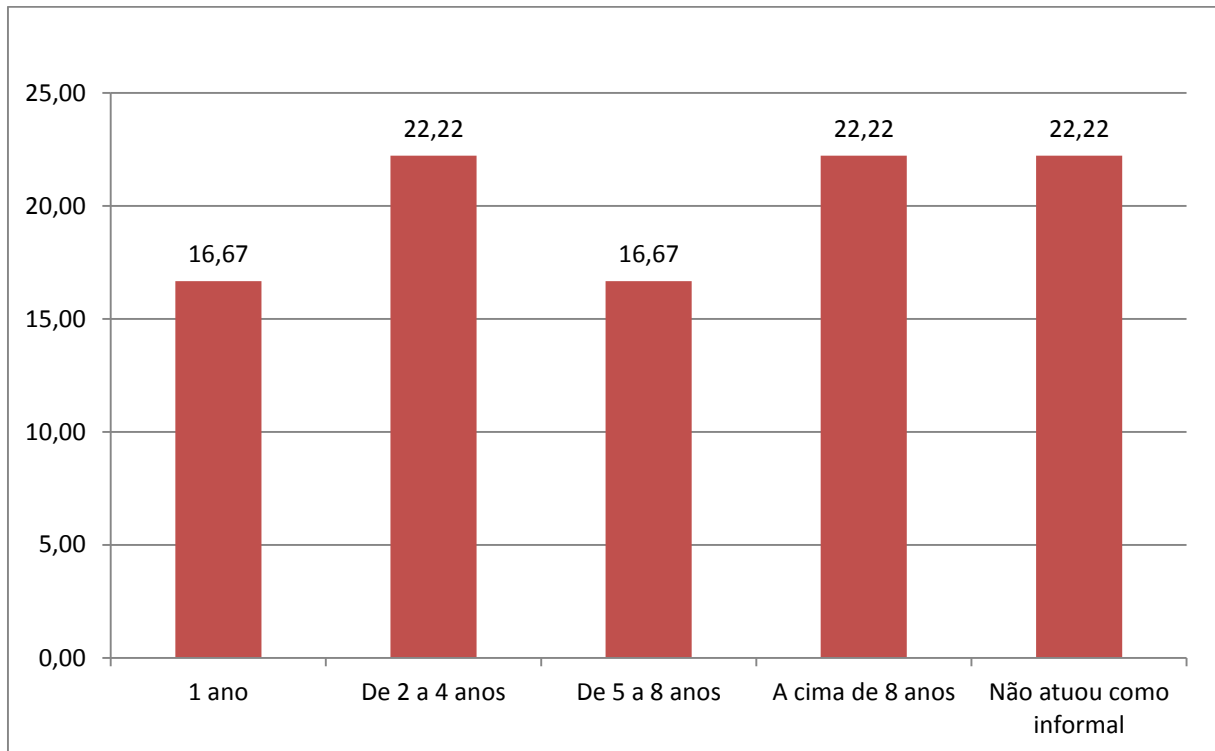


Figura 2: Tempo de atividade na informalidade.
Fonte: Dados da pesquisa.

Para Bessant e Tidd (2009) os negócios artesanais realizados na residência do empreendedor são os mais comuns, sendo uma das fontes de empregos autônomos mais importantes em quase todas as economias.

Conforme IBGE (2003) e SEBRAE (2005) a condição de informalidade pode estar relacionada a uma diversidade de fatores como as altas cargas tributárias e as exigências de documentações para os registros, assim o empresário somente decide formalizar seu negócio quando os custos da regularização são cobertos pela atividade. A redução das receitas do negócio informal também constitui um dos fatores para a não legalização de microempresas. Mesmo com todos esses motivos, os trabalhadores são motivados a dar início as atividades por diversos fatores como: a falta de emprego, complementação da renda familiar, experiência na área e adquirir independência.

A legislação brasileira percorreu várias etapas para poder chegar a Lei Complementar nº 128/2008, do Microempreendedor Individual (MEI). No entanto, a divulgação desta lei a sociedade, ocorreu pelo Governo Federal, por meio de propagandas em

rádio e televisão, mas 77,78% dos entrevistados alegam que somente tomaram conhecimento sobre o sistema MEI através do SEBRAE, entidade esta que possibilitou de forma representativa uma divulgação clara, objetiva e detalhada das informações que o empreendedor necessitava para conhecer e buscar a formalização.

O SEBRAE (2005) ressalta que a instituição tem como uma de suas ações básicas atuar na ampliação das oportunidades de registro dos empreendimentos informais junto aos órgãos públicos, por meio do esclarecimento ao empreendedor sobre as formas e as vantagens de formalizarem seus negócios. Por isso o SEBRAE tem exercido um papel de grande relevância na difusão do MEI.

No que se refere ao acesso as informações ao cadastramento do MEI junto aos órgãos competentes, 38,89% dos empreendedores entrevistados ressaltaram que encontraram com facilidade as informações para formalizar-se junto ao MEI. Ressaltaram ainda, que não tiveram nenhum problema na formalização, como pode ser observado na figura 3.

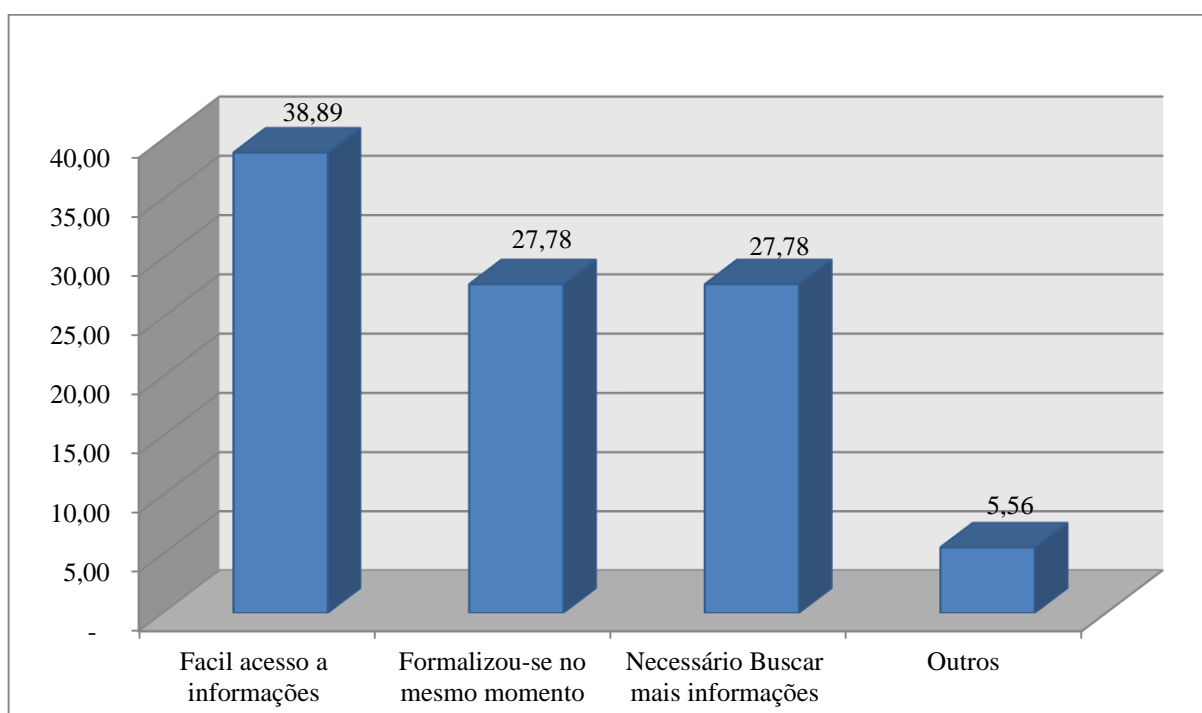


Figura 3: Acesso as informações e ao cadastro do MEI.

Fonte: Dados da pesquisa

Por se tratar de uma nova categoria empresarial, a adesão de novos empreendedores ao sistema MEI, conforme o SEBRAE (2014), tem sido surpreendente. Acredita-se que com o acesso as informações de forma adequada, o governo, por meio da nova lei do MEI, tem conseguido atingir o seu objetivo inicial que é trazer para a formalidade os pequenos trabalhadores que não tem condições de arcar com custos de uma empresa normal.

Quanto aos motivos que levaram o trabalhador informal a enquadrar-se como MEI, 72,25% dos entrevistados são motivados pelos benefícios que a formalização traz à empresa como: CNPJ, obtenção de crédito e comprovação de renda. A formalização por meio do MEI vai além da preocupação com a informalidade, o novo microempreendedor demonstra um comportamento empreendedor, pois, a saída da informalidade pode ser um dos passos para o crescimento da empresa, conforme evidenciado na figura 4.

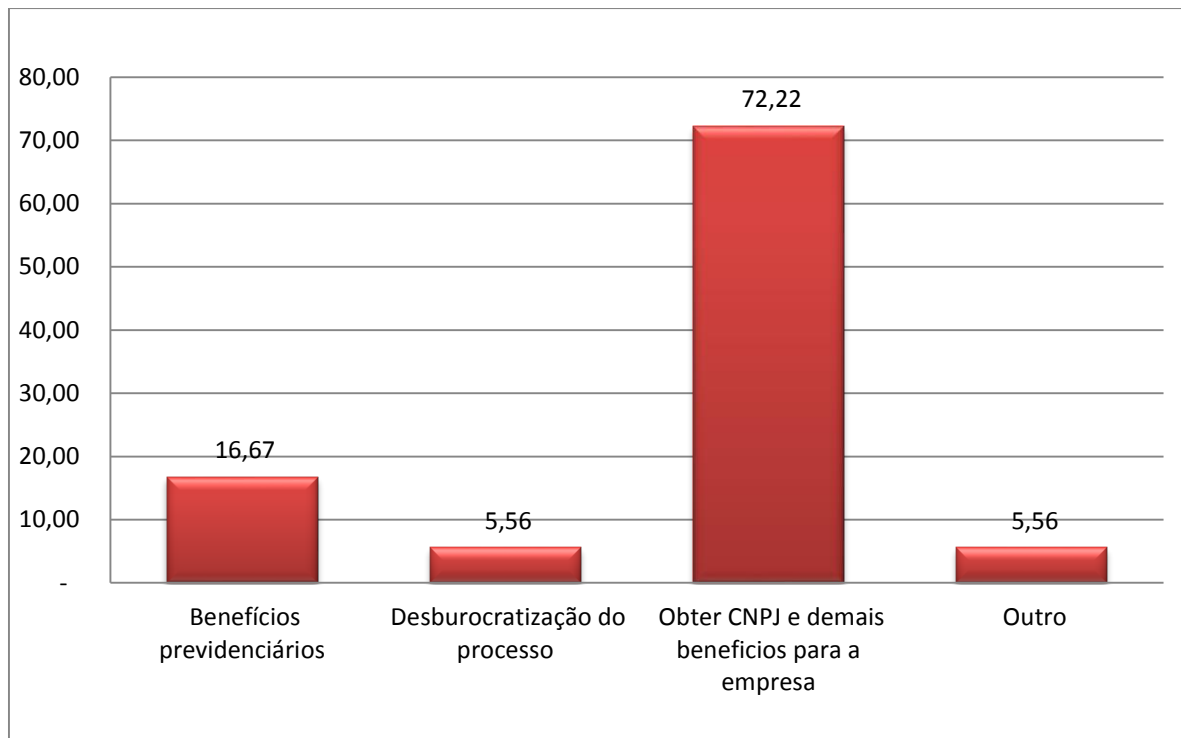


Figura 4: Motivos que levaram o trabalhador a enquadrar-se como MEI.

Fonte: Dados da pesquisa

Desta forma, o trabalhador informal vê na legalização do seu negócio a possibilidade de trabalhar dentro das leis vigentes, alcançando seu crescimento pessoal e profissional. Dornelas (2008) diz que a oportunidade de negócio pode significar uma mudança de rumo na empresa determinando o sucesso ou fracasso. Além de uma avaliação correta, é fundamental que o empreendedor, ao identificar a oportunidade, esteja preparado para recebê-la. Para Dolabela (1999) um dos atributos essenciais de um empreendedor está na capacidade de identificar, agarrar e buscar os recursos para aproveitar uma oportunidade.

Dutra (2002) ressalta ainda que, para criar uma empresa também se faz necessário que o empreendedor possua acesso aos diversos recursos tais como: materiais humanos, financeiros, bases de conhecimentos legais, fiscais e de mercado, arrumar tempo suficiente para dedicar a empresa e ter capacidade para competir com eficácia.

No que tange os benefícios que o microempreendedor conquistou e que usufruíram após o cadastramento no MEI, 38,89% dos entrevistados já alcançaram o benefício da emissão de nota fiscal e comprovação de renda. Assim, com a comprovação de renda, os empreendedores individuais, passaram a possuir comprovantes sobre os seus rendimentos para fins bancários e outros, facilitando diversas operações, inclusive a de viabilizar o acesso a crédito bancário.

No que se refere ao faturamento mensal da empresa, 55,56% dos empreendedores entrevistados relataram que os seus rendimentos auferem de R\$1.000,00 a R\$3.000,00. Após a formalização por meio da lei do MEI, 33,33% dos empreendedores acreditam que o faturamento da empresa manteve-se nos mesmos padrões. Conforme SEBRAE (2014) o rendimento mensal médio dos empreendedores individuais brasileiros são superiores a R\$1.200,00 reais.

Com a formalização por meio da Lei do MEI, os empreendedores puderam criar, ampliar e melhorar o seu empreendimento, além de realizar divulgação e criar algo novo para concorrer no mercado, pois podem trabalhar sem medo da fiscalização, dando-lhe confiança para empreender.

No que se refere aos problemas e desafios enfrentados pelo empreendedor individual, 38,89% dos entrevistados acreditam que a falta de capital próprio é um dos maiores problemas identificados em seu dia a dia de trabalho, conforme figura 5.

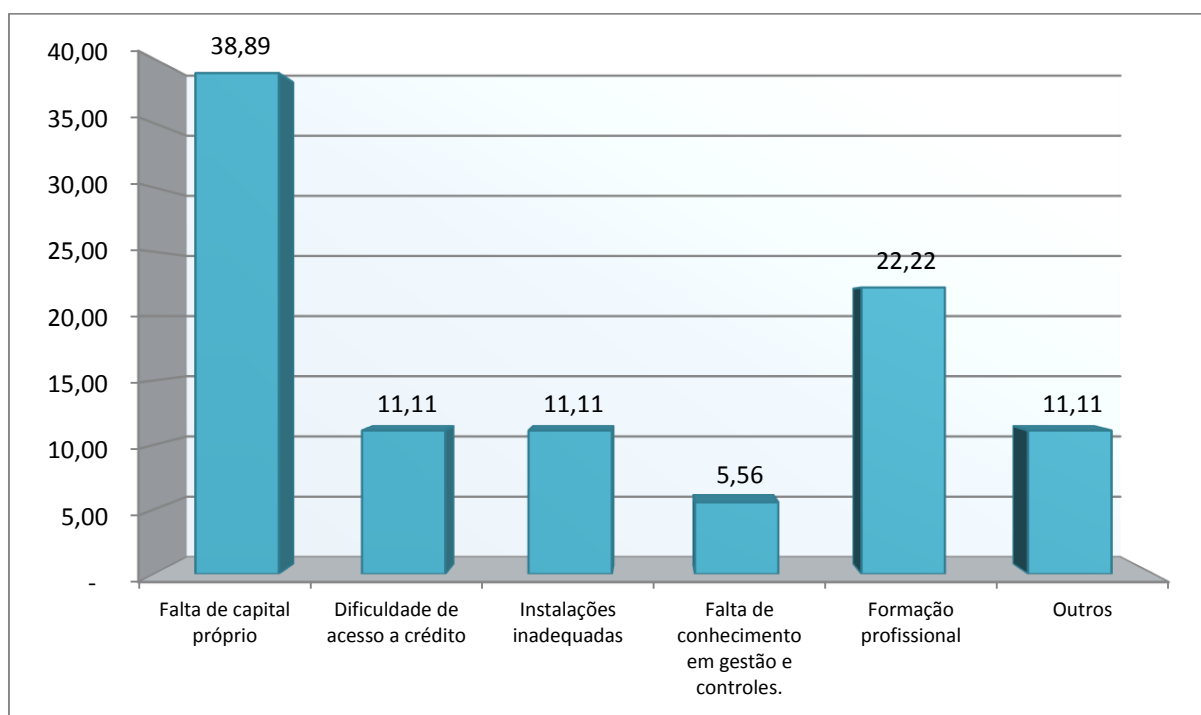


Figura 5: Problemas e Desafios a serem superados pelo microempreendedor.
Fonte: Dados da pesquisa

Dornelas (2008) acrescenta que obter financiamento no Brasil é o principal problema enfrentado pelos empreendedores, pois a falta de políticas públicas relacionadas ao setor muitas vezes significam o insucesso do negócio. Para o IBGE (2003) somente 3,5% dos trabalhadores informais brasileiros conseguiram ter acesso a crédito para o financiamento de sua atividade, essa dificuldade está relacionada a não formalização dos mesmos.

Com relação ao grau de satisfação dos empreendedores com o programa do MEI, 66,67% dos entrevistados consideram-se satisfeito com o programa, conforme a figura 6. Pois com a instituição do programa MEI, os microempreendedores passaram a ter algumas vantagens e benefícios que, enquanto trabalhador informal, não teriam acesso. No entanto, a satisfação do Microempreendedor Individual abrange a maior quantidade dos empreendedores pesquisados.

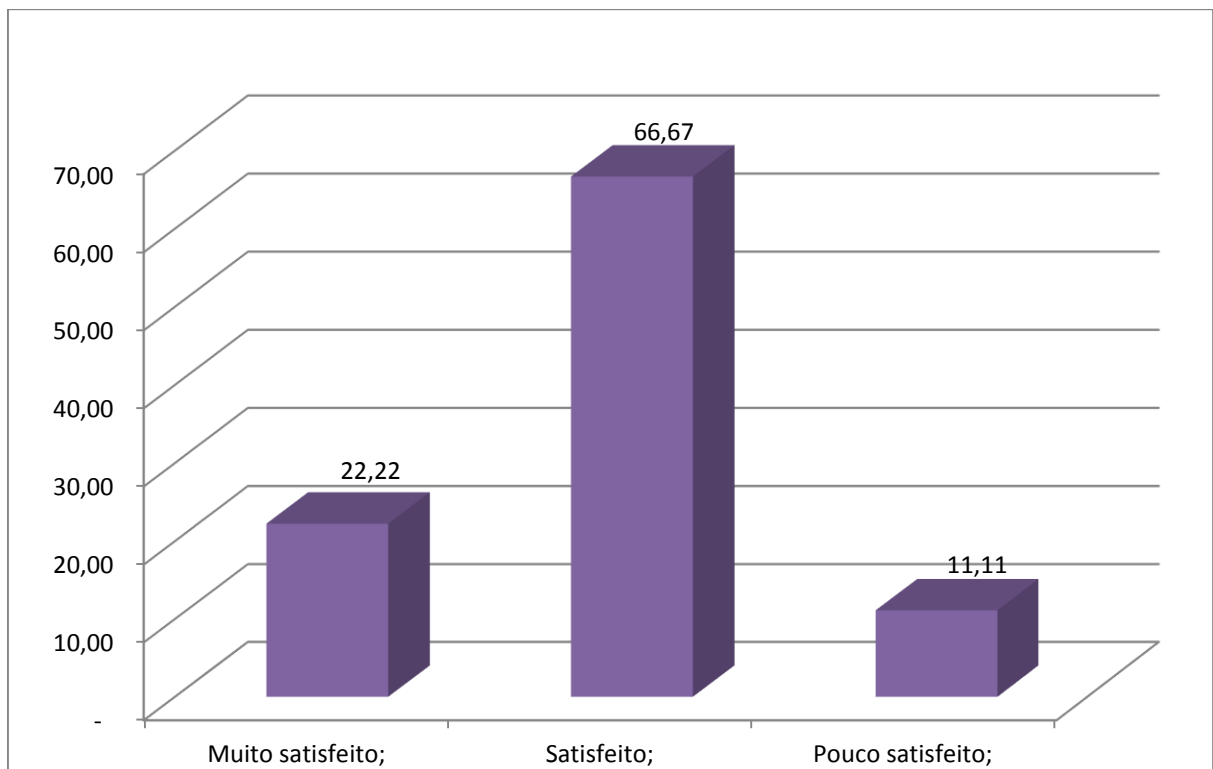


Figura 6: Satisfação em relação ao MEI.

Fonte: Dados da pesquisa

Bessant e Tidd (2009) ressaltam que o empreendedorismo é mais que a criação de um novo negócio, pode ser considerado como um modo de vida, no entanto, as pessoas precisam estar satisfeitas, pois os empreendedores procuram independência e desejam ganhar a vida com base nas suas possibilidades e valores pessoais encontram na criatividade, inovação e no desejo pelo sucesso ingredientes para superar as adversidades cotidianas, são características de um ser empreendedor nato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as vantagens, benefícios e desafios proporcionados ao microempreendedor individual MEI, após adesão à Lei Complementar 128/2008. A instituição do MEI possibilitou a concretização de um negócio formal de vários empreendedores. A partir do levantamento bibliográfico foi possível identificar através da LC nº 128/2008 as exigências legais e procedimentos que devem ser realizados para a formalização através do MEI. Evidenciando os principais conceitos e informações para que o trabalhador informal tenha conhecimento básico da Lei e dos benefícios garantidos pela legislação a estes trabalhadores.

Os resultados apontaram que através do MEI o governo está conseguindo tirar muitos trabalhadores do setor informal. O microempreendedor tem fácil acesso as informações para a adesão, a qual por muitas vezes ocorre no mesmo momento, mas o acesso às vantagens e benefícios proporcionados pela lei ainda continuam burocratizados.

Verificou-se que os empreendedores possuem grande perspectiva de crescimento, e pretendem ultrapassar o teto estabelecido para a categoria. Mas os empreendedores ainda se deparam com uma série de desafios que devem ser superados para obterem o sucesso do negócio, principalmente no que se refere acreditando a falta de recursos para fomentar a atividade.

No entanto o sistema ainda apresenta algumas falhas, deixando a desejar no acompanhamento e na fiscalização. Como principal desafio enfrentado pelo microempreendedor está a falta de capital próprio, pois sem recursos para fomentar e melhorar a atividade exercida o que por muitas vezes significa o insucesso do empreendimento, possibilitando que as atividades das empresas muitas vezes até se encerrem precocemente.

Porém, observa-se que dentre os benefícios proporcionados aos MEI's de acordo com a LC nº. 128/2008, destacaram-se como os principais motivadores para os trabalhadores informais se tornem Microempreendedores Individuais foram os benefícios relacionados à empresa como obtenção de CNPJ e emissão de nota fiscal, seguido dos direitos previdenciários.

Por meio da análise realizada, concluiu-se que a pesquisa atendeu ao objetivo proposto ao analisar as vantagens, benefícios e desafios proporcionados ao microempreendedor individual MEI, após adesão à Lei complementar 128/2008. Os resultados apontaram que de forma geral, os trabalhadores que estavam informais e que

aderiram ao programa do MEI, estão satisfeitos com os benefícios obtidos.

A partir das contribuições dessa pesquisa sugere-se que outros trabalhos sejam realizados, no sentido de implementar o conhecimento sobre o programa do MEI e verificar os impactos causados no setor informal do Estado de Rondônia.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil**. Brasília: março de 2003

BESSANT, Jhon. TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. Tradução Elizamari Rodrigues Becker, Gabriela Perizzolo, Patrícia Lessa Flores da Cunha. – Porto Alegre: Bookman, 2009. 512p.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm> Acesso em 23 de Agosto de 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm> Acesso em 09 de Agosto de 2013.

CHIAVANETO, Idalberto. **Empreendedorismo. Dando asas ao espírito empreendedor**. um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio - 2.ed. rev. e atualizada. - São Paulo : Saraiva, 2007. São Paulo: Saraiva. Disponível em: http://www.sincor-pr.org.br/arquivos_pdf/empreendedorismo.pdf Acesso em 06 Jan. 2014.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. / Fernando Dolabela. 6 ed. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Transformando ideias em negócios** Rio de Janeiro 2001. Disponível em: http://paraíso.ifto.edu.br/docente/admin/upload/docs_upload/material_0cc3c0ef29.pdf Acesso em: 13 Ago.2013

_____, José Carlos Assis **Empreendedorismo : Transformando idéias em negócios – 3ed – Rio de Janeiro, 2008.**

DUTRA, I. S.; GIMENEZ, F. A. P. A estratégia empreendedora: em busca da trilha para realizar sucesso. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2., 2001, Londrina. **Anais...** Londrina, 2001.

FILLON, Louis Jacques. **Empreendedorismo e Gerenciamento: Processos distintos porém complementares**. Revista de Administração de Empresas /EASP/FGV, São Paulo, Brasil. 2000.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Empreendedorismo no Brasil: 2006**. Curitiba: IBQP, 2007. Disponível em: <http://www.gemconsortium.org/docs/download/446> Acesso em: 21 de Agosto de 2013.

HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. 7 ed. / Peters, Michael P.; Shepherd, Dean A. Tradução Teresa Cristina Feliz de Sousa - Porto Alegre: Bookman 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **O Brasil tem mais de 10 (dez) Milhões de Empresas na Informalidade**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=366&busca=1&t=brasil-tem-mais-10-milhoes-empresas-informalidade>> Acesso em: 23 de Agosto de 2013.

_____, Economia Informal Urbana – 2003 Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>> Acesso em 20 Dez. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Economia – Brasil dividido 4. Ano 1 . Edição 4 – novembro de 2004.

LAGO, Adriano *et al.* Potencialidades e Espaços ao Empreendedorismo. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas, do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-Graduação em Administração**. Nº 27, pp. 78-101, jan./junho, 2008. Disponível em:<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fonline.unisc.br%2Fseer%2Findex.php%2Fcepe%2Farticle%2Fdownload%2F424%2F437&ei=8ewbUtCIDIHa9QSh8YGYAQ&usg=AFQjCNGWFO-hTliEEryQwknG8o-dtQNifg&bvm=bv.51156542,d.eWU>> Acesso em: 26 de Agosto de 2013

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Departamento de Educação Especial, Programa de Pós Graduação. Unesp, Marília, São Paulo 2004. Disponível em:<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf> Acesso em: 13 Ago. 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O Microempreendedor Individual. 2013. Disponível em :<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>> Acesso em: 09 Ago. 2013

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Feevale .Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul 2013.

RIBEIRO, Roberto Name. **Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil**. Universidade de Brasília. Dez. 2000. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitosComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>> Acesso em: 14 Agosto 2013.

SEBRAE, Análise dos Segmentos dos Empreendedores Individuais – 2009. Disponível: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/E2ECD3926CF09EE083257717004A4D35/\\$File/NT00043F9A.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/E2ECD3926CF09EE083257717004A4D35/$File/NT00043F9A.pdf)>. Acesso em: 20 Dez. 2013.

_____, Economia Informal Urbana – 2005. Disponível em:
[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/23E6A56185EB0C9F0325703C007F1478/\\$File/NT000A985E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/23E6A56185EB0C9F0325703C007F1478/$File/NT000A985E.pdf)>. Acesso em: 20 Dez. 2013.

_____, Perfil do Microempendedor Individual 2013. Série de Estudos e Pesquisas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/pesquisa-mostra-perfil-do-empendedor-individual/perfil-mei-2013.pdf>>

SCHUMPETER, Joseph Alois, 1883-1950.. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico; introdução de Rubens Vaz da Costa; Tradução de Maria Silviz Possas. – São Paulo: Abril Cultural, 1982

SILVEIRA, Ailton Carlos da. *et al.* **Empreendedorismo**: a Necessidade de se Aprender a Empreender. In: Portal da Inovação. 2013. Disponível em:
 <http://www.ppi.pa.gov.br/Arquivos/artigos/artigo_daniele_empreendedorismo.pdf>. Acesso em: 12 de Agosto de 2013.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho Decente**: Oportunidades, Obstáculos, Políticas Públicas. Estudos avançados, 2004. p. 23-49.

SCALCO, Daiane Inácio; BAINHA, Adriana. **Microempreendedor Individual**: um enfoque na Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Revista de Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas - Vol.2 Nº 2- novembro 2012. p.33-57

SOUZA, Eda Castro Lucas de; GUIMARÃES, Tomas de Aquino (Orgs.). **Empreendedorismo Além d Plano de Negócios**. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 85-224-4175-8.

VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson Amâncio. **Empreendedorismo, Inovação de Redes**: Uma nova abordagem. *RAE-eletrônica*, v. 7, n. 1, Art. 7, jan./jun./2008.

Apêndice A – Roteiro preliminar de pesquisa - Microempreendedor Individual - MEI**I BLOCO – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO****Nome do respondente:** _____**Profissão:** _____**Sexo:** Masculino () Feminino ()**1. Escolaridade?**

- () Ensino Fundamental
- () Ensino Médio (cursando)
- () Ensino Médio (completo)
- () Ensino Superior (cursando)
- () Ensino Superior (completo)
- () Curso Técnico

2. Faixa etária?

- () Até 20 anos
- () De 21 à 30 anos
- () De 31 à 40 anos
- () De 41 à 50 anos
- () Acima de 51 anos

3. Raça:

- () Branco
- () Negro
- () Amarelo
- () Indígena
- () Parda

4. Renda mensal principal:

- () Até 1 salário mínimo
- () De 1 a 2 salários mínimos
- () De 2 a 3 salários mínimos
- () De 3 a 5 salários mínimos
- () Acima de 5 salários mínimos

5. renda complementar

- () Bolsa família
- () Aposentadoria
- () Auxílio doença
- () Outras fontes: _____

6. Estado civil?

- () Solteiro(a)
- () Casado(a)
- () Viúvo(a)
- () Divorciado(a)

7. Tem filhos?

- () Não
 () Sim. Quantos? _____. Em idade escolar: () sim () não.

8. Os filhos em idade escolar estão na escola? () sim () não. Motivo_____**9. O imóvel em que reside é:**

- () Imóvel próprio quitado
 () Imóvel em aquisição (financiado).
 () Imóvel alugado.
 () Imóvel cedido
 () Outro

10. Qual o meio de transporte que o senhor possui:

- () Carro próprio
 () Carro da família
 () Moto
 () Ônibus
 () Outro

II BLOCO - O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**11. Qual o ramo de negocio?_____****12. Como surgiu a oportunidade para abrir o seu negócio?**

- () Não encontrou emprego;
 () Complementação da renda familiar;
 () Independência;
 () Experiência na área;
 () Negócio promissor;
 () Outro motivo._____

13. O senhor(a) trabalhava nesta atividade antes da formalização?

- () Não;
 () Sim, como empregado;
 () Sim, como autônomo;
 () Sim, como sócio de empresa tributada normalmente.

14. Caso o senhor(a) tenha exercido atividade como informal, por quanto tempo o senhor (a) ficou na informalidade?

- () 1 ano;
 () De 2 a 4 anos;
 () De 5 a 8 anos;
 () A cima de 8 anos;

15. Quais as razões?

- () Carga tributária;
 () Burocracia;
 () Taxas de abertura;
 () Falta de informação;
 () Para não pagar impostos;
 () Outros_____

16. Qual o tempo de atuação neste ramo negócio até a formalização no MEI?

- ☐ Menos de 1 ano.
☐ 1 a 2 anos.
☐ 2 a 4 anos.
☐ Acima de 5 anos.

17. Qual o tempo de adesão ao MEI?

- ☐ de 1 à 12 meses; Por que ? _____
☐ até 24 meses; Por que ? _____
☐ até 36 meses; Por que ? _____
☐ Mais de 36 meses;

18. Como conheceu a figura do MEI?

- ☐ Jornais;
☐ Revistas;
☐ Televisão;
☐ SEBRAE;
☐ Amigos;
☐ Outros; _____

19. Quais motivos levaram o senhor (a) a enquadrar-se como Microempreendedor Individual?

- ☐ Benefícios previdenciários;
☐ Desburocratização do processo;
☐ Obtenção do CNPJ para emissão de nota fiscal, comprovação de renda, compras, acesso a crédito, participação em licitações, etc.
☐ Outro _____

20. Sobre a adesão, como foi o acesso às informações e ao cadastro do MEI?

- ☐ Encontrou facilmente informações para a formalização;
☐ O atendimento foi imediato e formalizou-se no mesmo momento;
☐ O cadastro foi feito pela internet no Portal do Empreendedor;
☐ Verificou a necessidade de buscar mais informações em outros meios
☐ Outras _____

21. Ao formalizar-se como MEI, o empreendedor passa adquirir várias vantagens e benefícios, quais o senhor(a) já usufruiu?

- ☐ Direitos previdenciários. Qual _____;
☐ Emissão de nota fiscal e comprovação de renda;
☐ Abertura e movimentação de conta bancária;
☐ Acesso ao crédito e financiamentos;
☐ Facilidade nas compras com o uso do CNPJ;
☐ Baixa burocracia e facilidades na formalização;
☐ Redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas;
☐ Participação em licitações;
☐ Outros _____.

22. Após a adesão ao MEI, os benefícios e vantagens que a Lei propõe, atende às expectativas e necessidades do Microempreendedores?

- ☐ Não. Pelo pouco tempo de adesão, ainda não é possível esta análise.
☐ Não. Na prática continua de difícil acesso e burocrático;
☐ Falta informação e orientação sobre os procedimentos de acesso aos benefícios;
☐ Sim. É simples e de fácil acesso somente na abertura, para os demais benefícios, os procedimentos são mais demorados e burocráticos, como abertura de conta corrente, acesso a crédito, licitações, etc.

☐ Sim. É simples e de fácil acesso em todos os procedimentos do MEI, bem como vantagens e benefícios.

23. Contratou algum funcionário após a adesão ao MEI?

☐ Sim.

☐ Não;

Se contratou, os custos com encargos são menores com a adesão ao MEI? ☐ sim ☐ não.

24. Quantas hora por dia o senhor(a) dedica a sua empresa?

☐ Até 8 horas diárias;

☐ 12 horas diárias;

☐ Acima de 12 horas diárias.

25. Qual o faturamento mensal da empresa?

☐ Até R\$ 1.000,00;

☐ De R\$ 1.000,01 a R\$ 3.000,00;

☐ De R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00;

☐ De R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00;

☐ Acima de R\$10.000,01.

26. Quanto ao faturamento da empresa, notou-se alguma mudança após a adesão ao MEI?

☐ Sim, houve uma melhora significativa;

☐ Sim, mas não superou minhas expectativas;

☐ Não, manteve-se com os mesmos padrões;

☐ Não, houve queda no faturamento.

27. O SEBRAE é um grande difusor do MEI no Brasil, qual foi o papel dessa instituição para a sua adesão?

☐ De extrema importância para o processo de inclusão;

☐ Participante, mas sem grande impacto;

☐ Pouco significativo em relação ao processo de inclusão;

☐ Não teve participação;

28. Qual a expectativa para o seu negócio?

☐ Abandonar a atividade e procurar emprego;

☐ Continuar o negócio no mesmo nível;

☐ Aumentar o negócio (novos produtos; ampliar estrutura);

☐ Não sabe.

29. Quais os principais problemas ou desafios a serem vencidos que o senhor (a) enfrenta na gestão de seu empreendimento?

☐ Falta de clientes;

☐ Falta de capital próprio;

☐ Dificuldade de acesso a crédito;

☐ Instalações inadequadas;

☐ Falta de conhecimento em gestão e controles.

☐ Formação profissional;

☐ Capacitação em gestão (custos, RH, finanças);

☐ Liderança;

☐ organização e controle empresarial;

☐ Outros _____

30. O (a) Senhor (a) está satisfeito com o programa?

1. () Muito satisfeito;
2. () Satisfeito;
3. () Pouco satisfeito;
4. () Insatisfeito.

31. Em sua opinião quais as mudanças necessárias para melhoria do programa MEI?
